

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESUMO / EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE 38/2023 (SRP)	
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE	
PROCESSO Nº 2109001/2023	
ÓRGÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
TIPO	MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO TENDO COMO OPÇÃO DE LICITAR E CONTRATAR COM BASE NA LEI Nº 10.520/2002 E SUBSIDIÁRIAMENTE NA LEI Nº 8.666/93	
BASE LEGAL	Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei nº 10.520, de 17.07.2002, à Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e alterações, ao Decreto 10.024/2019, de 10.09.2019, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21.06.1993.
REGIME DE EXECUÇÃO/ FORNECIMENTO:	FORNECIMENTO PARCELADO
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa para fornecimento de peças, acessórios e lubrificantes para os veículos, de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde do Município de Trizidela do Vale/MA.
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$	R\$ 1.982.300,92 (um milhão, novecentos e oitenta e dois mil e trezentos reais e noventa e dois centavos).
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	31/10/2023 ÀS 10:00
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	13/11/2023 às 10:00
DATA E HORA LIMITE PARA PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS	13/11/2023 às 10:00
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS	17/11/2023 às 10:00
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA	17/11/2023 às 10:01
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.	
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE (MA)SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE www.portaldecompraspublicas.com.br cpltvportal@outlook.com Endereço: Av. Dep. Carlos Melo,1670 – Centro – CEP: 65727-000 – Trizidela do Vale (MA).	

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão
CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE 38/2023 (SRP)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2109001/2023
MODO DE DISPUTA ABERTO
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI**

O Município de Trizidela do Vale, Poder Executivo, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço por item, Modo de Disputa **ABERTO**, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, à Lei Complementar nº 123, de 2006 e Lei 147, de 2014 e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica **www.portaldecompraspublicas.com.br**. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	31/10/2023 ÀS 10:00
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	13/11/2023 às 10:00
DATA E HORA LIMITE PARA PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS	13/11/2023 às 10:00
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	17/11/2023 às 10:00
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	17/11/2023 às 10:01
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA:	ABERTO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a seleção de proposta visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa para fornecimento de peças, acessórios e lubrificantes para os veículos, de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde do Município de Trizidela do Vale/MA.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço do item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão
CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br**

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. Esta licitação é exclusiva para ME/EPP/MEI.

4.3. A existência de preços registrados não obriga a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida.

4.4. Não será admitida nesta licitação a participação de:

4.4.1. Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a **Administração Pública impedido, suspenso**, ou que tenham sido **declaradas inidôneas**;

4.4.2. Consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição; (NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, ampliando a competitividade proporcionando a seleção de uma proposta mais vantajosa para a administração, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela).

4.4.3. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, **exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum**;

4.4.4. Empresa cujo objeto social **não seja pertinente e compatível** com o objeto deste **Pregão**;

4.4.5. Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

4.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens:

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos de real)**.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.26.1. no país;

7.26.2. por empresas brasileiras;

7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo **de 2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta

8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. No item não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. ACEITABILIDADE: O preço máximo de aceitabilidade dos valores unitários e totais para cada item serão aqueles previstos no Termo de Referência (**ANEXO I**) deste Edital.

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Possuir Cadastro do Portal de Compras Públicas;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do cadastro para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela Pregoeira lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

9.8. Relativos à Habilitação Jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

9.8.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.9. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (SINTEGRA OU CADASTRO DE INSCRIÇÃO/ALVARÁ);

9.9.3. Prova regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.9.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante CND – Certidão Negativa de Débito e CNDA – Certidão Negativa da Dívida Ativa;

9.9.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante CND – Certidão Negativa de Débito e CNDA – Certidão Negativa da Dívida Ativa;

9.9.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

9.9.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

9.10. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

9.10.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade; (OBSERVAÇÃO: a exigência prevista no art. 31, I da Lei nº 8.666/93, será atendida mediante a apresentação do “Balanço de Abertura”, é o que diz o Manual de Licitações e Contratos do TCU, 4ª edição (fl.440).

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.2.3. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do lote pertinente.

9.11. Relativos a Qualificação Técnica

9.11.1. As empresas, deverão comprovar, a **qualificação técnica**, além do que é exigido no termo de referência:

9.11.1.1. O licitante deverá apresentar **atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, apresentado em papel timbrado da emitente, que comprovem ter o licitante fornecido **peças e acessórios para veículos**, de maneira satisfatória, compatíveis em características com o objeto desta licitação.

9.11.1.1.1. No caso de atestado emitido por empresa da iniciativa privada, não será considerado aquele emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.

9.11.1.1.2. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio, proprietário ou titular da empresa emitente e da empresa proponente.

9.11.1.1.3. A Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale (MA) se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados apresentados, podendo, requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

9.12. DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.12.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.2. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Será **inabilitado** o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo **de 2 (duas) horas**, a contar da solicitação da Pregoeira *no sistema eletrônico e deverá:*

10.1.1. *ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.*

10.1.2. *conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.*

10.2. *A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.*

10.2.1. *Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.*

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, **o prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DA ADESÃO À ATA POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTES

16.1. A Ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993:

16.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgãos ou entidade, a **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços** para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que vierem a aderir à ata.

16.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

16.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observando-se o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

17. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

18. As solicitações deverão ser encaminhadas ao órgão gerenciador PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE (MA)/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do setor de Licitações através do email: cpltvportal@outlook.com ou no endereço Av. Dep. Carlos Melo, 1670, centro – CEP 65727-000 – Trizidela do Vale (MA).

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias** úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceite no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei

19.4. O prazo de vigência da contratação se encerra no final do exercício financeiro da assinatura do mesmo prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

19.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

21. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.

22. DO PAGAMENTO

22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

23. DA RUBRICA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

23.1. Os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

23.2. A rubrica orçamentária é a que segue:

<p>0225 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</p>	<p>UNIDADE GESTORA: 0225 Secretaria Municipal de Saúde FUNÇÃO: 10 – Saúde SUB-FUNÇÃO: 122 – Administração Geral PROGRAMA: 0004 – Administração Setorial PROJETO/ATIVIDADE: 2.068 Manutenção da Secretaria de Saúde CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo FONTE DE RECURSO: 1500100200 Receita de Imposto e Trans. - Saúde</p>
<p>0202 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</p>	<p>UNIDADE GESTORA: 0202 Fundo Municipal de Saúde PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0016 2.103 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. FONTE: 1600000000 – Transferência SUS Bloco de Manutenção. 1500100200 – Receita de Imposto e Trans. – Saúde</p> <hr/> <p>ORGÃO: 02 Poder Executivo UNIDADE GESTORA: 0202 Fundo Municipal de Saúde PROJETO/ATIVIDADE: 10 302 0016 2.104 Manutenção do Hospital Municipal. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. FONTE: 1600000000 – Transferência SUS Bloco de Manutenção.</p>

24. DO REAJUSTE

24.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da pesquisa de preços.

24.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGP-M/FGV exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

24.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

24.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

24.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

24.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

24.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

24.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 41/2023, de 18/09/2023, a Contratada que, no decorrer da contratação:

25.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

25.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

25.1.3. apresentar documentação falsa;

25.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

25.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

25.1.6. não mantiver a proposta;

25.1.7. cometer fraude fiscal;

25.1.8. comportar-se de modo inidôneo

25.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

25.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

25.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções

25.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

25.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

25.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

25.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

25.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

25.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública municipal, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade – PAAR, conforme Decreto Municipal nº 41/2023, de 18/09/2023.

25.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração municipal nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

25.8. O processamento do PAAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

25.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

25.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

25.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

25.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS.

25.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

26. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

26.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

26.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

26.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

26.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

27. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

27.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

27.2. A **IMPUGNAÇÃO DEVERÁ** ser realizada **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema **www.portaldecompraspublicas.com.br**.

27.3. Caberá a Pregoeira decidir sobre a impugnação no prazo de **até 02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

27.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

27.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

27.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

27.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 21 Parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

27.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

27.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

27.10. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

28.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

28.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF

28.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

28.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

28.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

28.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

28.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

28.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

28.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

28.12. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

28.12.1. A anulação do pregão induz à do contrato.

28.12.2. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação

28.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala de reuniões com a Equipe de Pregão no endereço Av. Dep. Carlos Melo, nº 1670, Aeroporto, Trizidela do Vale (MA), nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

28.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

28.14.1. ANEXO I - Termo de Referência.

28.14.2. ANEXO II – Modelo de Carta Proposta de Preço

28.14.3. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços;

28.14.4. ANEXO IV - Minuta do Termo de Contrato;

Município de Trizidela do Vale (MA), 23 de outubro de 2023.

Fabiana Meireles do Nascimento Medeiros
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 08/2021-GP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação é exclusiva para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, conforme segue: Conforme instituído no art. 48, inciso I da Lei Complementar 123/2006, os itens constantes do Termo de Referência, de valor total estimado em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ficam destinados exclusivamente à participação de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa para fornecimento de peças, acessórios e lubrificantes para os veículos, de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde do Município de Trizidela do Vale/MA.

1. ESPECIFICAÇÃO E CUSTO ESTIMADO

1.1. O valor máximo admissível para aquisição dos produtos do presente termo, elaborado com base na média dos preços praticados no mercado, é de **R\$ 1.982.300,92 (um milhão novecentos e oitenta e dois mil e trezentos reais e noventa e dois centavos)** sendo que os valores apresentados na planilha abaixo.

PEÇAS, ACESSÓRIOS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS TIPO FIAT MOBI E FIAT UNO -7					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	ABRAÇADEIRA DE PLÁSTICO - FIAT MOBI E UNO	100	UNIDADE	2,08	208,00
2	ABRAÇADEIRA DO ESCAPAMENTO - FIAT MOBI E UNO	60	UNIDADE	33,66	2.019,60
3	ACABAMENTO PARALAMA FT TRASEIRO L/D - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	127,00	2.540,00
4	ACABAMENTO PARALAMA FT TRASEIRO L/E - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	127,00	2.540,00
5	ALTERNADOR - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	1157,66	11.576,60
6	AMORTECEDOR DIANTEIRO - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	475,67	5.708,04
7	AMORTECEDOR TRASEIRO - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	475,67	5.708,04
8	ARRUELA DE PRESSÃO - FIAT MOBI E UNO	90	UNIDADE	2,20	198,00
9	AUTOMÁTICO DO MOTOR DE PARTIDA - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	159,37	2.390,55
10	BALANÇA TRASEIRA - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	134,17	2.012,55
11	BANCO ESTOFADO - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	287,69	3.452,28
12	BARRA DE DIREÇÃO - FIAT MOBI E UNO	25	UNIDADE	249,67	6.241,75
13	BASE AMORTECEDOR - FIAT MOBI E	18	UNIDADE	59,10	1.063,80

**Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão
CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br**

	UNO				
14	BASE DA CAIXA DE MARCHA - FIAT MOBI E UNO	18	UNIDADE	65,17	1.173,06
15	BASE DO MOTOR - FIAT MOBI E UNO	18	UNIDADE	60,93	1.096,74
16	BATERIA DE 45 AMPERES - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	586,17	4.689,36
17	BENZIL DO MOTOR DE PARTIDA - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	78,80	1.260,80
18	BICO INJETOR - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	468,17	7.490,72
19	BIELA DO MOTOR - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	289,60	2.896,00
20	BIELETA SUSPENÇÃO FT D/E - FIAT MOBI E UNO	24	UNIDADE	41,97	1.007,28
21	BOBINA DE IGNIÇÃO - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	264,05	3.696,70
22	BOIA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	86,23	1.379,68
23	BOMBA DE COMBUSTÍVEL - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	200,83	2.811,62
24	BOMBA DE D'ÁGUA - FIAT MOBI E UNO	22	UNIDADE	191,25	4.207,50
25	BOMBA DE ÓLEO - FIAT MOBI E UNO	5	UNIDADE	446,66	2.233,30
26	BOMBA DO HIDRÁULICO - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	580,05	4.640,40
27	BORRACHA DA TAMPA - FIAT MOBI E UNO	26	UNIDADE	18,70	486,20
28	BORRACHA DE ESCAPAMENTO DO MEIO - FIAT MOBI E UNO	35	UNIDADE	29,72	1.040,20
29	BORRACHA DE ESCAPAMENTO FINAL - FIAT MOBI E UNO	35	UNIDADE	17,70	619,50
30	BORRACHA DO AMORTECEDOR - FIAT MOBI E UNO	35	UNIDADE	29,53	1.033,55
31	BORRACHA DO ESTABILIZADOR - FIAT MOBI E UNO	35	UNIDADE	171,17	5.990,95
32	BORRACHA PARABRISA - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	81,00	1.296,00
33	BORRACHA PORTA - FIAT MOBI E UNO	24	UNIDADE	77,28	1.854,72
34	BRAÇO AXIAL - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	52,03	1.040,60
35	BRAÇO OSCILANTE - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	151,33	3.026,60
36	BRAÇO TENSOR DIANTEIRA FT L/E - FIAT MOBI E UNO	22	UNIDADE	80,67	1.774,74
37	BUCHA DA BALANÇA TRASEIRA - FIAT MOBI E UNO	26	UNIDADE	51,00	1.326,00
38	BUCHA DA SAPATA - FIAT MOBI E UNO	26	UNIDADE	19,25	500,50
39	BUCHA DA SUSPENSÃO - FIAT MOBI E UNO	26	UNIDADE	11,66	303,16
40	BUCHA DO BRAÇO DO TENSOR - FIAT MOBI E UNO	26	UNIDADE	28,00	728,00

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

41	BUCHA DO BRAÇO OSCILANTE - FIAT MOBI E UNO	26	UNIDADE	44,00	1.144,00
42	BUCHA DO EIXO TRASEIRO - FIAT MOBI E UNO	28	UNIDADE	53,33	1.493,24
43	BUCHA DO ESTABILIZADOR - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	26,97	539,40
44	BUCHA DO FEIXE DE MOLA - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	31,97	639,40
45	BUCHA DO MOTOR DE PARTIDA - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	7,67	153,40
46	BUCHA DO TIRANTE - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	42,97	859,40
47	BUCHA ELÁSTICA - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	27,50	550,00
48	BUZINA - FIAT MOBI E UNO	24	UNIDADE	72,00	1.728,00
49	CABO CX MARCHA FT ENGATE - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	201,67	2.016,70
50	CABO DE ACELERADOR - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	62,66	939,90
51	CABO DE BATERIA - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	78,67	1.180,05
52	CABO DE EMBREAGEM - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	51,20	768,00
53	CABO DE FREIO DE MÃO - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	91,77	1.284,78
54	CABO DE VELA - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	94,00	1.504,00
55	CABO DE VELOCÍMETRO - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	56,33	901,28
56	CABO DO CAPUZ - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	47,63	762,08
57	CAIXA DE DIREÇÃO - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	1052,00	16.832,00
58	CAIXA DE MARCHA - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	2858,67	22.869,36
59	CALÇO DO FEIXE DE MOLA - FIAT MOBI E UNO	25	UNIDADE	49,53	1.238,25
60	CALÇO DO MOTOR - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	75,95	1.139,25
61	CALHA DO RADIADOR - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	34,90	349,00
62	CAPÔ - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	702,23	5.617,84
63	CAPSULA MARCHA LENTA FT - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	146,43	2.050,02
64	CHAVE DE RODA - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	43,33	606,62
65	CILINDRO DE RODA DIANTEIRA - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	66,00	792,00
66	CILINDRO DE RODA TRASEIRA - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	50,33	603,96
67	CILINDRO INFERIOR DE EMBREAGEM - FIAT MOBI E UNO	6	UNIDADE	155,33	931,98
68	CILINDRO MESTRE - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	177,00	1.416,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

69	CILINDRO SUPERIOR DE EMBREAGEM - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	153,16	1.225,28
70	COBERTURA CORREIA DENTADA FT - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	68,50	1.096,00
71	COIFA DA CAIXA DE DIREÇÃO - FIAT MOBI E UNO	25	UNIDADE	50,67	1.266,75
72	COIFA DA JUNTA HOMOCINÉTICA - FIAT MOBI E UNO	25	UNIDADE	51,67	1.291,75
73	COIFA DA JUNTA OSCILANTE (LADO DA RODA) - FIAT MOBI E UNO	25	UNIDADE	43,00	1.075,00
74	COIFA DA SEMIARVORE - FIAT MOBI E UNO	25	UNIDADE	51,67	1.291,75
75	COIFA LADO DA CAIXA DE MARCHA - FIAT MOBI E UNO	25	UNIDADE	47,66	1.191,50
76	COLA PARABRISA - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	49,66	595,92
77	CORREIA DE VENTONHA - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	95,33	953,30
78	CORREIA DENTADA - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	75,43	754,30
79	CORREIA DO ALTERNADOR - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	67,67	1.353,40
80	COXIM DO AMORTECEDOR DIANTEIRO - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	198,03	2.376,36
81	COXIM DO AMORTECEDOR TRASEIRO - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	156,23	1.874,76
82	CRUZETA - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	71,17	1.423,40
83	CUBO RODA DIANTEIRA FT - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	170,00	2.720,00
84	CUBO TRASEIRO - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	156,48	1.877,76
85	DEFLETOR RADIADOR FT - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	147,12	1.765,44
86	DIFERENCIAL COMPLETO - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	820,66	6.565,28
87	DIREÇÃO - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	283,20	2.832,00
88	DISCO DE FREIO - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	515,98	4.127,84
89	ENGENHO DA PORTA - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	132,96	1.063,68
90	EVAPORADOR AR CONDICIONADOR FT - FIAT MOBI E UNO	6	UNIDADE	877,07	5.262,42
91	FAROL DE MILHA - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	45,27	543,24
92	FAROL DIREITO - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	245,33	2.453,30
93	FAROL ESQUERDO - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	245,33	2.453,30
94	FECHADURA DA PORTA - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	182,33	1.458,64
95	FECHADURA DA TAMPA TRASEIRA - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	192,70	3.854,00
96	FECHADURA DO CAPÔ - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	44,33	886,60

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

	UNO				
97	FEIXE DE MOLAS - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	352,30	3.523,00
98	FILTRO DE AR - FIAT MOBI E UNO	35	UNIDADE	27,96	978,60
99	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - FIAT MOBI E UNO	35	UNIDADE	29,33	1.026,55
100	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 47 - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	24,23	339,22
101	FITA DE DIREÇÃO DA BUZINA - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	53,08	1.061,60
102	FLANGE BOMBA COMBUSTÍVEL FT - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	60,53	1.210,60
103	FLEXÍVEL DIANTEIRO - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	37,26	596,16
104	FLEXÍVEL TRASEIRO - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	37,26	596,16
105	FUSÍVEIS - FIAT MOBI E UNO	150	UNIDADE	1,08	162,00
106	GRADE RADIADOR FT - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	185,33	2.223,96
107	GUIA ROLAMENTO EMBREAGEM FT - FIAT MOBI E UNO	25	UNIDADE	246,00	6.150,00
108	HASTE ALAVANCA FREIO FT - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	235,66	4.713,20
109	HIDROVACO - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	492,87	4.928,70
110	IMPULSOR MOTOR PARTIDA FT - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	82,00	1.230,00
111	INDUZIDO - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	290,67	3.488,04
112	INTERRUPTOR FREIO FT - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	44,47	889,40
113	JOGO DE BRONZINA DE BIELA - FIAT MOBI E UNO	13	UNIDADE	167,00	2.171,00
114	JOGO DE BRONZINA DE MANCAL - FIAT MOBI E UNO	13	UNIDADE	193,67	2.517,71
115	JOGO DE BRONZINA DO COMANDO - - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	206,70	4.134,00
116	JOGO DE JUNTA DO MOTOR - FIAT MOBI E UNO	65	UNIDADE	280,99	18.264,35
117	JOGO DE JUNTA TBI - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	295,67	3.548,04
118	JOGO DE LONA DE FREIO - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	213,33	4.266,60
119	JOGO DE PASTILHA DE FREIO - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	101,67	2.033,40
120	JOGO DE SEGMENTO - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	237,33	3.322,62
121	JOGO DE VELA DE IGNIÇÃO - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	99,07	1.188,84
122	JUNTA COLETOR DE ADMISSÃO - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	31,26	312,60

123	JUNTA COLETOR DE ESCAPE - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	27,63	442,08
124	JUNTA DA TAMPA DE TUCHO - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	27,78	333,36
125	JUNTA DO CABEÇOTE - FIAT MOBI E UNO	25	UNIDADE	71,33	1.783,25
126	JUNTA DO CARTE - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	28,00	448,00
127	JUNTA DO CORPO BORBOLETA - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	33,45	501,75
128	JUNTA DO TAMPÃO - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	27,00	378,00
129	JUNTA HOMOCINÉTICA - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	170,98	2.735,68
130	JUNTA MOTOR FT C/RET - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	229,66	3.215,24
131	JUNTA SAÍDA DA DESCARGA - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	20,60	329,60
132	KIT AMORTECEDOR - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	34,33	549,28
133	KIT DE EMBREAGEM - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	672,33	10.084,95
134	KIT DO ESTABILIZADOR - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	14,63	219,45
135	KIT DO FEIXE DE MOLA - FIAT MOBI E UNO	25	UNIDADE	29,91	747,75
136	LÂMPADA 1034 - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	6,15	98,40
137	LÂMPADA 1141 - FIAT MOBI E UNO	25	UNIDADE	6,15	153,75
138	LÂMPADA 67 - FIAT MOBI E UNO	25	UNIDADE	4,08	102,00
139	LÂMPADA DO FAROL - FIAT MOBI E UNO	28	UNIDADE	29,56	827,68
140	LÂMPADA H4 - FIAT MOBI E UNO	25	UNIDADE	23,33	583,25
141	LANTERNA TRASEIRA DIREITA - FIAT MOBI E UNO	25	UNIDADE	82,40	2.060,00
142	LANTERNA TRASEIRA ESQUERDA - FIAT MOBI E UNO	25	UNIDADE	82,40	2.060,00
143	MACACO - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	213,63	3.418,08
144	MAÇANETA DA PORTA - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	171,83	2.749,28
145	MANGA EIXO FT L/D - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	316,66	5.066,56
146	MANGOTE DO RADIADOR - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	61,80	618,00
147	MANGOTE DO SUSPIRO DO RADIADOR - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	68,62	823,44
148	MANGOTE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	380,17	4.562,04
149	MANGUEIRA DE FREIO DIANTEIRA	15	UNIDADE	27,26	408,90
150	MANGUEIRA DE FREIO TRASEIRA - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	27,26	408,90
151	MANGUEIRA FILTRO AR FT - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	63,65	1.018,40

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

152	MAQUINA VIDRO DIANTEIRO FT L/D EL - FIAT MOBI E UNO	18	UNIDADE	138,67	2.496,06
153	MAQUINA VIDRO DIANTEIRO FT L/E EL - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	138,67	1.941,38
154	MOLAS TRASEIRAS - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	643,67	7.724,04
155	PAINEL COMPLETO - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	1441,00	23.056,00
156	PALHETA DO LIMPADOR - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	97,67	1.562,72
157	PARABRISA - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	808,33	12.124,95
158	PARACHOQUE DIANTEIRO - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	889,00	13.335,00
159	PARACHOQUE TRASEIRO - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	1229,08	18.436,20
160	PASTILHA FREIO FT DIANTEIRO - FIAT MOBI E UNO	28	UNIDADE	211,00	5.908,00
161	PINO DO CAPÔ - FIAT MOBI E UNO	25	UNIDADE	27,42	685,50
162	PISTÃO - FIAT MOBI E UNO	13	UNIDADE	659,20	8.569,60
163	PIVÔ INFERIOR - FIAT MOBI E UNO	13	UNIDADE	285,95	3.717,35
164	PIVÔ SUPERIOR - FIAT MOBI E UNO	23	UNIDADE	285,95	6.576,85
165	POLIA VIRABREQUIM FT - FIAT MOBI E UNO	18	UNIDADE	379,50	6.831,00
166	PORCAS E PARAFUSOS DE RODAS - FIAT MOBI E UNO	100	UNIDADE	24,66	2.466,00
167	PORTA DIREITA - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	557,00	8.355,00
168	PORTA DIREITA TRASEIRA - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	554,00	5.540,00
169	PORTA ESQUERDA - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	562,60	5.626,00
170	PORTA ESQUERDA TRASEIRA - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	550,67	8.260,05
171	PRESSOSTATO AR CONDICIONADOR - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	138,90	2.083,50
172	RADIADOR DE MOLA - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	102,93	1.235,16
173	RADIADOR FT ÁGUA - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	347,87	2.782,96
174	REFIL DA BOMBA DE COMBUSTÍVEL - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	189,33	1.893,30
175	REGULADOR DE VOLTAGEM - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	135,00	1.080,00
176	REGULADOR DO SENSOR DE NÍVEL DE COMBUSTÍVEL - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	96,33	1.444,95
177	RELÊ DO PISCA - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	15,26	228,90
178	REPARO DA CAIXA DE DIREÇÃO - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	37,57	563,55
179	RETENTOR DA POLIA - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	35,67	535,05
180	RETENTOR DE VÁLVULA - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	39,16	587,40

181	RETENTOR DO COMANDO - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	36,71	550,65
182	RETENTOR DO PRIMÁRIO - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	27,42	411,30
183	RETENTOR DO VOLANTE - FIAT MOBI E UNO	7	UNIDADE	74,66	522,62
184	RETROVISOR - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	130,67	1.045,36
185	RETROVISOR INTERNO - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	162,00	1.296,00
186	RODA DE LIGA LEVA - FIAT MOBI E UNO	7	UNIDADE	213,00	1.491,00
187	ROLAMENTO DA COIFA - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	107,15	1.607,25
188	ROLAMENTO DA RODA TRASEIRA - FIAT MOBI E UNO	13	UNIDADE	99,63	1.295,19
189	ROLAMENTO DE COLUNA - FIAT MOBI E UNO	13	UNIDADE	60,50	786,50
190	ROLAMENTO DE DIREÇÃO - FIAT MOBI E UNO	13	UNIDADE	59,83	777,79
191	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO - FIAT MOBI E UNO	13	UNIDADE	106,33	1.382,29
192	ROLAMENTO DO ALTERNADOR - FIAT MOBI E UNO	13	UNIDADE	32,50	422,50
193	ROLAMENTO DO TENSOR - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	39,90	558,60
194	ROLAMENTO TENCIONADOR - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	46,50	651,00
195	ROTOR DO ALTERNADOR - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	319,33	3.193,30
196	SAPATA SUSP FT DIANTEIRO L/E - FIAT MOBI E UNO	13	UNIDADE	93,83	1.219,79
197	SENSOR DE TEMPERATURA D'ÁGUA - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	61,83	865,62
198	SENSOR DO CORPO BORBOLETA - FIAT MOBI E UNO	7	UNIDADE	202,77	1.419,39
199	SENSOR DO NÍVEL DE COMBUSTÍVEL - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	90,63	906,30
200	SENSOR MAP - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	76,10	761,00
201	SILENCIOSO DA SAÍDA DO MOTOR - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	215,67	2.156,70
202	SILENCIOSO DIANTEIRO - FIAT MOBI E UNO	11	UNIDADE	204,83	2.253,13
203	SILENCIOSO DO MEIO (INTERMEDIÁRIO) - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	153,13	1.837,56
204	SILENCIOSO TRASEIRO - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	561,33	5.613,30
205	SINALEIRA LATERAL - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	45,20	632,80
206	SONDA LAMBIDA - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	305,36	2.442,88

207	SUPOORTE DA CAIXA DE MARCHA - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	206,37	2.063,70
208	TAMBOR DE FREIO - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	284,47	2.844,70
209	TAMPA DE ÓLEO DO MOTOR - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	24,27	242,70
210	TAMPA DO RADIADOR - FIAT MOBI E UNO	9	UNIDADE	24,27	218,43
211	TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL - FIAT MOBI E UNO	9	UNIDADE	47,33	425,97
212	TAMPA RESERVATÓRIO ÁGUA RADIADOR FT - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	24,27	388,32
213	TANQUE DE COMBUSTÍVEL - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	1013,67	8.109,36
214	TAPETES - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	109,96	1.099,60
215	TARUGO DE RODA - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	5,97	95,52
216	TELA DIANTEIRA - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	282,96	3.395,52
217	TERMINAL DE BATERIA - FIAT MOBI E UNO	30	UNIDADE	17,77	533,10
218	TERMINAL DE DIREÇÃO LD - FIAT MOBI E UNO	20	UNIDADE	103,00	2.060,00
219	TERMINAL DE DIREÇÃO LE - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	106,67	1.600,05
220	TERMINAL EXTREMO - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	92,70	1.390,50
221	TIRANTE FT CX MCH EXT - FIAT MOBI E UNO	15	UNIDADE	213,63	3.204,45
222	TRANCA DO CAPUZ - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	32,66	391,92
223	TRAVA DA TAMPA TRASEIRA - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	192,40	2.308,80
224	TRIZETA DO TRIPOIDE - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	96,03	1152,36
225	TUBO FLEXÍVEL CANO MTR FT - FIAT MOBI E UNO	16	UNIDADE	78,10	1.249,60
226	VÁLVULA ACD FT - FIAT MOBI E UNO	8	UNIDADE	101,83	814,64
227	VÁLVULA DE ADMISSÃO - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	287,33	4.022,62
228	VÁLVULA DE ESCAPE - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	290,00	4.060,00
229	VÁLVULA TERMOSTÁTICA FT - FIAT MOBI E UNO	12	UNIDADE	204,33	2.451,96
230	VELA IGNIÇÃO FT - FIAT MOBI E UNO	14	UNIDADE	85,33	1.194,62
231	VIDRO DA PORTA DIREITA - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	443,52	4.435,20
232	VIDRO DA PORTA ESQUERDA - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	328,67	3.286,70
233	VIDRO TRASEIRO - FIAT MOBI E UNO	10	UNIDADE	452,30	4.523,00

234	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A GASOLINA 5W30, EMBALAGEM DE 1L. - FIAT MOBI E UNO	700	UNIDADE	44,53	31.171,00
VALOR TOTAL R\$					633.890,02

PEÇAS, ACESSÓRIOS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS TIPO HILUX (TOYOTA HILUX E AMBULÂNCIA) – 2					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
235	ABRAÇADEIRA DO ESCAPAMENTO - TOYOTA HILUX	30	UNIDADE	27,53	825,90
236	ABRAÇADEIRA MANGOTE DO RADIADOR - TOYOTA HILUX	30	UNIDADE	17,77	533,10
237	AMORTECEDOR DE DIREÇÃO - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	291,30	2.330,40
238	AMORTECEDOR DIANTEIRO - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	207,82	1.662,56
239	AMORTECEDOR TRASEIRO - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	169,36	1.354,88
240	ANEL DE VEDAÇÃO DO ESCAPAMENTO - TOYOTA HILUX	35	UNIDADE	20,66	723,10
241	BALANÇA TRASEIRA - TOYOTA HILUX	4	UNIDADE	165,33	661,32
242	BARRA DE DIREÇÃO - TOYOTA HILUX	6	UNIDADE	169,87	1.019,22
243	BASE AMORTECEDOR - TOYOTA HILUX	20	UNIDADE	54,55	1.091,00
244	BASE DA CAIXA DE MARCHA - TOYOTA HILUX	12	UNIDADE	82,00	984,00
245	BASE DO MOTOR - TOYOTA HILUX	10	UNIDADE	93,00	930,00
246	BATERIA 60 AMPERES - TOYOTA HILUX	6	UNIDADE	521,92	3.131,52
247	BICO INJETOR - TOYOTA HILUX	4	UNIDADE	479,40	1.917,60
248	BIELETA - TOYOTA HILUX	16	UNIDADE	55,11	881,76
249	BOMBA D'ÁGUA - TOYOTA HILUX	6	UNIDADE	184,33	1105,98
250	BOMBA DE ÓLEO - TOYOTA HILUX	6	UNIDADE	446,50	2.679,00
251	BORRACHA DE ESCAPAMENTO DO MEIO - TOYOTA HILUX	35	UNIDADE	14,25	498,75
252	BORRACHA DE ESCAPAMENTO FINAL - TOYOTA HILUX	35	UNIDADE	21,30	745,50
253	BORRACHA DO AMORTECEDOR - TOYOTA HILUX	35	UNIDADE	11,95	418,25
254	BORRACHA DO ESTABILIZADOR - TOYOTA HILUX	35	UNIDADE	20,53	718,55
255	BORRACHA PARABRISA - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	175,97	1.407,76
256	BRAÇO AXIAL - TOYOTA HILUX	16	UNIDADE	71,87	1.149,92

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

257	BRAÇO DO SETOR - TOYOTA HILUX	12	UNIDADE	153,00	1.836,00
258	BRAÇO L - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	176,47	1.411,76
259	BUCHA DA BALANÇA INFERIOR - TOYOTA HILUX	15	UNIDADE	76,57	1.148,55
260	BUCHA DA BALANÇA SUPERIOR - TOYOTA HILUX	20	UNIDADE	59,23	1.184,60
261	BUCHA DA BALANÇA TRASEIRA - TOYOTA HILUX	20	UNIDADE	49,57	991,40
262	BUCHA DA SAPATA DIANTEIRA - TOYOTA HILUX	20	UNIDADE	36,66	733,20
263	BUCHA DO BRAÇO OSCILANTE - TOYOTA HILUX	45	UNIDADE	31,83	1.432,35
264	BUCHA DO EIXO TRASEIRO	45	UNIDADE	55,53	2.498,85
265	BUCHA DO ESTABILIZADOR - TOYOTA HILUX	35	UNIDADE	25,87	905,45
266	BUCHA DO TIRANTE - TOYOTA HILUX	35	UNIDADE	39,17	1.370,95
267	CABO DE EMBREAGEM - TOYOTA HILUX	15	UNIDADE	56,66	849,90
268	CABO DE VELAS - TOYOTA HILUX	12	UNIDADE	145,66	1.747,92
269	CABO DO ACELERADOR - TOYOTA HILUX	15	UNIDADE	54,50	817,50
270	CABO DO VELOCÍMETRO - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	43,50	348,00
271	CANO D'ÁGUA - TOYOTA HILUX	20	UNIDADE	149,67	2.993,40
272	CHAVE DE RODA - TOYOTA HILUX	15	UNIDADE	43,50	652,50
273	CILINDRO DE RODA DIANTEIRO - TOYOTA HILUX	15	UNIDADE	64,00	960,00
274	CILINDRO DE RODA TRASEIRO - TOYOTA HILUX	11	UNIDADE	61,91	681,01
275	CILINDRO INFERIOR DE EMBREAGEM - TOYOTA HILUX	11	UNIDADE	126,68	1.393,48
276	CILINDRO MESTRE - TOYOTA HILUX	11	UNIDADE	160,34	1.763,74
277	CILINDRO SUPERIOR DE EMBREAGEM - TOYOTA HILUX	10	UNIDADE	150,67	1.506,70
278	COIFA DA CAIXA DE DIREÇÃO - TOYOTA HILUX	19	UNIDADE	39,27	746,13
279	COIFA DA CAIXA DE MARCHA	19	UNIDADE	39,27	746,13
280	COIFA DA JUNTA HOMOCINÉTICA - TOYOTA HILUX	19	UNIDADE	35,02	665,38
281	COIFA DA JUNTA OSCILANTE (LADO DA RODA) - TOYOTA HILUX	19	UNIDADE	39,27	746,13
282	COIFA DA SEMIARVORE - TOYOTA HILUX	19	UNIDADE	39,27	746,13
283	COIFA LADO DA CAIXA DE MARCHA - TOYOTA HILUX	19	UNIDADE	39,27	746,13
284	CORREIA DA BOMBA - TOYOTA HILUX	16	UNIDADE	41,50	664,00
285	CORREIA DE VENTONHA - TOYOTA HILUX	14	UNIDADE	39,50	553,00

286	CORREIA DENTADA - TOYOTA HILUX	15	UNIDADE	86,30	1.294,50
287	CORREIA DO ALTERNADOR - TOYOTA HILUX	15	UNIDADE	81,78	1.226,70
288	CORREIA DO HIDRÁULICO - TOYOTA HILUX	20	UNIDADE	36,83	736,60
289	CORREIA GIR/ALTERNADOR - TOYOTA HILUX	20	UNIDADE	43,50	870,00
290	COXIM DO MOTOR - TOYOTA HILUX	10	UNIDADE	189,93	1.899,30
291	CRUZETA DE TRANSMISSÃO - TOYOTA HILUX	20	UNIDADE	47,85	957,00
292	DISCO DE EMBREAGEM - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	154,33	1.234,64
293	DISCO DE FREIO - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	345,55	2.764,40
294	EIXO DE COMANDO DA VÁLVULA - TOYOTA HILUX	4	UNIDADE	806,33	3.225,32
295	FAROL DIREITO - TOYOTA HILUX	4	UNIDADE	505,53	2.022,12
296	FAROL ESQUERDO - TOYOTA HILUX	4	UNIDADE	505,53	2.022,12
297	FILTRO DE AR - TOYOTA HILUX	11	UNIDADE	79,17	870,87
298	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - TOYOTA HILUX	11	UNIDADE	46,37	510,07
299	FILTRO DO ÓLEO DO MOTOR - TOYOTA HILUX	19	UNIDADE	23,23	441,37
300	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 900 - TOYOTA HILUX	19	UNIDADE	28,52	541,88
301	JOGO DE BRONZE DA CHUMACEIRA - TOYOTA HILUX	10	UNIDADE	414,87	4.148,70
302	JOGO DE BRONZE DO COMANDO - TOYOTA HILUX	10	UNIDADE	265,03	2.650,30
303	JOGO DE CABO DE VELA - TOYOTA HILUX	11	UNIDADE	103,28	1.136,08
304	JOGO DE ESCOVA DO MOTOR DE PARTIDA - TOYOTA HILUX	12	UNIDADE	65,83	789,96
305	JOGO DE JUNTA DO MOTOR - TOYOTA HILUX	4	UNIDADE	360,85	1.443,40
306	JOGO DE LONA DE FREIO - TOYOTA HILUX	10	UNIDADE	263,10	2.631,00
307	JOGO DE PASTILHAS DE FREIO - TOYOTA HILUX	9	UNIDADE	149,21	1.342,89
308	JOGO DE SEGMENTO - TOYOTA HILUX	9	UNIDADE	245,53	2.209,77
309	JOGO DE VELAS - TOYOTA HILUX	15	UNIDADE	103,17	1.547,55
310	JUNTA DA TAMPA DA VÁLVULA - TOYOTA HILUX	14	UNIDADE	38,07	532,98
311	JUNTA DO CABEÇOTE - TOYOTA HILUX	12	UNIDADE	76,96	923,52
312	KIT BATEDOR DIANTEIRO - TOYOTA HILUX	20	UNIDADE	352,58	7.051,60
313	KIT REPARADOR DA JUNTA INFERIOR - TOYOTA HILUX	12	UNIDADE	268,55	3.222,60
314	LÂMPADAS 69	45	UNIDADE	4,50	202,50
315	LÂMPADAS H1 - TOYOTA HILUX	45	UNIDADE	33,20	1.494,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

316	LÂMPADAS H4 - TOYOTA HILUX	40	UNIDADE	26,33	1.053,20
317	LÂMPADAS H7 - TOYOTA HILUX	35	UNIDADE	46,53	1.628,55
318	LANTERNA DIREITA - TOYOTA HILUX	10	UNIDADE	132,67	1.326,70
319	LANTERNA ESQUERDA - TOYOTA HILUX	10	UNIDADE	132,67	1.326,70
320	MACACO - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	234,08	1.872,64
321	PARABRISA DIANTEIRO - TOYOTA HILUX	4	UNIDADE	631,34	2.525,36
322	PASTILHA DE FREIO DIANTEIRO - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	264,13	2.113,04
323	PIVÔ DIANTEIRO - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	251,77	2.014,16
324	PIVÔ INFERIOR - TOYOTA HILUX	13	UNIDADE	107,67	1.399,71
325	PIVÔ SUPERIOR - TOYOTA HILUX	12	UNIDADE	109,53	1.314,36
326	PORCA DE RODA - TOYOTA HILUX	150	UNIDADE	22,00	3.300,00
327	RETENTOR DO VOLANTE - TOYOTA HILUX	15	UNIDADE	79,23	1.188,45
328	RETROVISOR DIREITO - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	379,20	3.033,60
329	RETROVISOR ESQUERDO - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	379,20	3.033,60
330	RETROVISOR INTERNO - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	386,54	3.092,32
331	RODA LIGA LEVE - TOYOTA HILUX	6	UNIDADE	209,48	1.256,88
332	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRO - TOYOTA HILUX	12	UNIDADE	108,80	1.305,60
333	ROLAMENTO DIANTEIRO - TOYOTA HILUX	12	UNIDADE	346,95	4.163,40
334	ROLAMENTO DO ALTERNADOR GRANDE - TOYOTA HILUX	20	UNIDADE	27,27	545,40
335	ROLAMENTO DO MOTOR DE PARTIDA - TOYOTA HILUX	45	UNIDADE	139,53	6.278,85
336	ROLAMENTO TENSIONADOR DA CORREIA DENTADA - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	88,92	711,36
337	SAPATA DE FREIO TRASEIRO - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	249,47	1.995,76
338	SUORTE DA BARRA DO TENSOR - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	183,71	1.469,68
339	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	342,06	2.736,48
340	TENSOR DA CORREIA DENTADA - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	433,00	3.464,00
341	TERMINAL DE DIREÇÃO LD - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	108,55	868,40
342	TERMINAL DE DIREÇÃO LE	8	UNIDADE	110,29	882,32
343	VELA DO MOTOR - TOYOTA HILUX	8	UNIDADE	73,10	584,80
344	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL 15W-40, EMBALAGEM DE 4L. - TOYOTA HILUX	650	UNIDADE	116,99	76.043,50
VALOR TOTAL R\$					244.082,92

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PEÇAS, ACESSÓRIOS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULO TIPO MERCEDES - BENZ SPRINTER (AMBULÂNCIA) -1						
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$	
345	AMORTECEDOR DIANTEIRO - MB SPRINTER	8	UNIDADE	453,95	3.631,60	
346	AMORTECEDOR TRASEIRO - MB SPRINTER	8	UNIDADE	567,33	4.538,64	
347	BASE COXIM AMORTECEDOR DIANTEIRO - MB SPRINTER	8	UNIDADE	114,63	917,04	
348	BASE CAIXA MARCHA - MB SPRINTER	10	UNIDADE	78,63	786,30	
349	BASE MOTOR DIANTEIRO D - MB SPRINTER	10	UNIDADE	90,63	906,30	
350	BATERIA 60 AMPERES - MB SPRINTER	6	UNIDADE	521,62	3.129,72	
351	BOMBA D'ÁGUA - MB SPRINTER	8	UNIDADE	477,00	3.816,00	
352	BICO INJETOR - MB SPRINTER	8	UNIDADE	221,10	1.768,80	
353	CABO ACELERADOR - MB SPRINTER	11	UNIDADE	82,30	905,30	
354	CABO DE VELA - MB SPRINTER	11	UNIDADE	110,33	1.213,63	
355	CABO EMBREAGEM - MB SPRINTER	11	UNIDADE	89,63	985,93	
356	CABO FREIO DE MÃO COMPLETO - MB SPRINTER	9	UNIDADE	132,30	1.190,70	
357	CILINDRO MESTRE FREIO - MB SPRINTER	9	UNIDADE	215,40	1.938,60	
358	CILINDRO RODA TRASEIRO - MB SPRINTER	9	UNIDADE	57,35	516,15	
359	CORREIA DENTADA - MB SPRINTER	9	UNIDADE	87,45	787,05	
360	CORREIA GIR/ALT/DH - MB SPRINTER	11	UNIDADE	85,28	938,08	
361	DISCO DE FREIO DIANTEIRO - MB SPRINTER	9	UNIDADE	377,82	3.400,38	
362	FAROL DIANTEIRO D - MB SPRINTER	9	UNIDADE	218,93	1.970,37	
363	FAROL DIANTEIRO E - MB SPRINTER	9	UNIDADE	218,93	1.970,37	
364	FILTRO AR - MB SPRINTER	11	UNIDADE	59,79	657,69	
365	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - MB SPRINTER	11	UNIDADE	173,54	1.908,94	
366	FILTRO LUBRIFICANTE - MB SPRINTER	25	UNIDADE	31,73	793,25	
367	KIT AMORTECEDOR DIANTEIRO BATEDOR - MB SPRINTER	20	UNIDADE	256,22	5.124,40	
368	KIT AMORTECEDOR TRASEIRO BATEDOR - MB SPRINTER	35	UNIDADE	206,71	7.234,85	
369	KIT BOMBA COMB. FLEX - MB SPRINTER	15	UNIDADE	321,18	4.817,70	
370	KIT EMBREAGEM PLA/DIS/ROL 190MM - MB SPRINTER	17	UNIDADE	993,19	16.884,23	
371	KIT ROLAMENTO TRASEIRO - MB SPRINTER	25	UNIDADE	110,65	2.766,25	

**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

372	LANTERNA TRASEIRA DIREITA - MB SPRINTER	25	UNIDADE	215,41	5.385,25
373	LANTERNA TRASEIRA ESQUERDA - MB SPRINTER	25	UNIDADE	215,41	5.385,25
374	LIMPADOR 13 - MB SPRINTER	15	UNIDADE	46,27	694,05
375	LONA TRASEIRA - MB SPRINTER	20	UNIDADE	55,23	1.104,60
376	MANGOTE INFERIOR RADIADOR - MB SPRINTER	10	UNIDADE	75,97	759,70
377	MANGOTE SUPERIOR RADIADOR - MB SPRINTER	10	UNIDADE	83,98	839,80
378	MANGUEIRA DE FREIO DIANTEIRO D/E - MB SPRINTER	15	UNIDADE	99,33	1.489,95
379	MANGUEIRA DE FREIO TRASEIRO D/E - MB SPRINTER	15	UNIDADE	59,33	889,95
380	PARABRISA DIANTEIRO - MB SPRINTER	6	UNIDADE	785,72	4.714,32
381	PASTILHA DE FREIO DIANTEIRO - MB SPRINTER	9	UNIDADE	431,95	3.887,55
382	REPARO TRAMBULADOR CX 5 MARCHA - MB SPRINTER	9	UNIDADE	75,67	681,03
383	RESERVATÓRIO DE ÁGUA - MB SPRINTER	6	UNIDADE	306,88	1.841,28
384	RETROVISOR DIREITO - MB SPRINTER	9	UNIDADE	116,00	1.044,00
385	RETROVISOR ESQUERDO - MB SPRINTER	9	UNIDADE	130,67	1.176,03
386	ROLAMENTO RODA DIANTEIRO - MB SPRINTER	18	UNIDADE	159,43	2.869,74
387	SILENCIOSO INTERMEDIÁRIO - MB SPRINTER	15	UNIDADE	194,53	2.917,95
388	SILENCIOSO TRASEIRO - MB SPRINTER	15	UNIDADE	206,67	3.100,05
389	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO - MB SPRINTER	15	UNIDADE	332,33	4.984,95
390	TARUGO DE RODA DIANTEIRO/TRASEIRO - MB SPRINTER	10	UNIDADE	118,17	1.181,70
391	TERMINAL - MB SPRINTER	10	UNIDADE	79,50	795,00
392	TERMINAL AXIAL - MB SPRINTER	15	UNIDADE	80,23	1.203,45
393	VELA (JOGO) - MB SPRINTER	15	JOGO	70,63	1.059,45
394	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL 15W-40, EMBALAGEM DE 4L. - MB SPRINTER	600	UNIDADE	116,99	70.194,00
VALOR TOTAL R\$					193.697,32

PEÇAS, ACESSÓRIOS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS TIPO FIAT STRADA (AMBULÂNCIAS) – 4

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
395	AMORTECEDOR DIANTEIRO TURBOGAS - FIAT STRADA	20	UNIDADE	358,72	7.174,40

396	AMORTECEDOR TRASEIRO TURBOGAS - FIAT STRADA	20	UNIDADE	349,05	6.981,00
397	ASA DO URUBURU - FIAT STRADA	20	UNIDADE	105,77	2.115,40
398	BARRA AXIAL DIREÇÃO - FIAT STRADA	25	UNIDADE	36,63	915,75
399	BASE COXIM AMORTECER DIANTEIRO - FIAT STRADA	30	UNIDADE	103,35	3.100,50
400	BASE CX MARCHA - FIAT STRADA	30	UNIDADE	303,95	9.118,50
401	BASE MOTOR DIANTEIRO D - FIAT STRADA	30	UNIDADE	416,00	12.480,00
402	BATERIA 60 AMPERES - FIAT STRADA	10	UNIDADE	518,28	5.182,80
403	BOMBA D'ÁGUA - FIAT STRADA	15	UNIDADE	498,83	7.482,45
404	BOMBA DE ÓLEO - FIAT STRADA	15	UNIDADE	451,97	6.779,55
405	BOMBA DIREÇÃO HIDRÁULICA - FIAT STRADA	16	UNIDADE	554,33	8.869,28
406	BOTÃO E MOLDURA PUXADOR VIRO - FIAT STRADA	20	UNIDADE	66,93	1.338,60
407	BUCHA DA SAPATA - FIAT STRADA	20	UNIDADE	11,66	233,20
408	CABEÇOTE MOTOR - FIAT STRADA	10	UNIDADE	600,08	6.000,80
409	CABO ACELERADOR - FIAT STRADA	30	UNIDADE	52,63	1.578,90
410	CABO DE FREIO COMPLETO - FIAT STRADA	30	UNIDADE	79,13	2.373,90
411	CABO DE VELA - FIAT STRADA	30	UNIDADE	82,18	2.465,40
412	CABO EMBREAGEM - FIAT STRADA	30	UNIDADE	102,80	3.084,00
413	CHAVE DE RODA - FIAT STRADA	30	UNIDADE	31,90	957,00
414	CILINDRO MESTRE FREIO - FIAT STRADA	15	UNIDADE	144,62	2.169,30
415	CILINDRO RD TRASEIRO - FIAT STRADA	30	UNIDADE	30,72	921,60
416	COLAR DE EMBREAGEM - FIAT STRADA	30	UNIDADE	565,63	16.968,90
417	CORREIA DENTADA - FIAT STRADA	25	UNIDADE	43,77	1.094,25
418	CORREIA GIR/ALT/DH - FIAT STRADA	25	UNIDADE	30,35	758,75
419	DISCO DE FREIO DIANTEIRO - FIAT STRADA	25	UNIDADE	565,33	14.133,25
420	FAROL DIANTEIRO DIREITO - FIAT STRADA	15	UNIDADE	790,02	11.850,30
421	FAROL DIANTEIRO ESQUERDO - FIAT STRADA	15	UNIDADE	790,02	11.850,30
422	FILTRO AR CONDICIONADO - FIAT STRADA	35	UNIDADE	20,33	711,55
423	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - FIAT STRADA	35	UNIDADE	20,33	711,55
424	FILTRO DE ÓLEO 560 - FIAT STRADA	35	UNIDADE	18,62	651,70
425	FILTROS DE AR DE MOTOR - FIAT STRADA	35	UNIDADE	18,00	630,00
426	HIDROVACUO - FIAT STRADA	9	UNIDADE	317,78	2.860,02
427	JOGO ARRUELA COMANDO - FIAT STRADA	16	JOGO	237,73	3.803,68
428	JOGO BALANCIM MOTOR - FIAT STRADA	16	JOGO	111,52	1.784,32

429	JOGO BRONZE BIELA - FIAT STRADA	16	JOGO	150,10	2.401,60
430	JOGO BRONZE COMANDO CENTRAL - FIAT STRADA	16	JOGO	159,73	2.555,68
431	JOGO JUNTA MOTOR - FIAT STRADA	16	JOGO	157,28	2.516,48
432	JOGO PINOS DOS PISTOM - FIAT STRADA	16	JOGO	118,00	1.888,00
433	JOGO PISTOM MOTOR - FIAT STRADA	16	JOGO	141,25	2.260,00
434	JOGO SEGMENTO MOTOR - FIAT STRADA	16	JOGO	242,67	3.882,72
435	JUNTA HOMOCINÉTICA - FIAT STRADA	18	UNIDADE	92,08	1.657,44
436	KIT DE EMBREAGEM-PLATÔ +DISCO + ROLAMENTO COM ALAVANCA - FIAT STRADA	15	KIT	1162,00	17.430,00
437	KIT REPARO DAS PINÇAS DIANTEIRO - FIAT STRADA	25	KIT	270,66	6.766,50
438	KIT ROLAMENTO TRASEIRO - FIAT STRADA	35	KIT	42,37	1.482,95
439	LANTERNA TRASEIRO D - FIAT STRADA	30	UNIDADE	371,97	11.159,10
440	LANTERNA TRASEIRO E - FIAT STRADA	30	UNIDADE	371,97	11.159,10
441	LONA TRASEIRA - FIAT STRADA	30	UNIDADE	73,85	2.215,50
442	MACACO AUTOMOTIVO UNIVERSAL ATÉ 600 KG - FIAT STRADA	10	UNIDADE	261,63	2.616,30
443	MAÇANETA DA EXTERNA DA PORTA CHAVE - FIAT STRADA	30	UNIDADE	50,33	1.509,90
444	MANGOTE INFERIOR RADIADOR	30	UNIDADE	43,50	1.305,00
445	MANGOTE SUPERIOR RADIADOR - FIAT STRADA	30	UNIDADE	32,72	981,60
446	MANGUEIRA DE FREIO DIANTEIRO D/E - FIAT STRADA	30	UNIDADE	32,57	977,10
447	MANGUEIRA DE FREIO TRASEIRO D/E - FIAT STRADA	30	UNIDADE	49,68	1.490,40
448	MOTOR DE PARTIDA - FIAT STRADA	10	UNIDADE	1835,72	18.357,20
449	PALHETAS CONVENCIONAIS - FIAT STRADA	30	UNIDADE	94,28	2.828,40
450	PARABRISA DIANTEIRO - FIAT STRADA	15	UNIDADE	770,00	11.550,00
451	PARACHOQUE DIANTEIRO - FIAT STRADA	15	UNIDADE	884,67	13.270,05
452	PARACHOQUE TRASEIRO - FIAT STRADA	15	UNIDADE	1252,33	18.784,95
453	PASTILHA FREIO DIANTEIRO - FIAT STRADA	40	UNIDADE	241,95	9.678,00
454	PIVÔ - FIAT STRADA	35	UNIDADE	91,95	3.218,25
455	PROTETOR DE CÁRTER - FIAT STRADA	30	UNIDADE	38,50	1.155,00
456	RADIADOR - FIAT STRADA	10	UNIDADE	329,57	3.295,70
457	REPARO DA PINÇA DIANTEIRO - FIAT STRADA	30	UNIDADE	50,05	1.501,50
458	RETENTOR VOLANTE MOTOR - FIAT STRADA	25	UNIDADE	223,33	5.583,25

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

459	RETROVISOR DIREITO - FIAT STRADA	25	UNIDADE	128,67	3.216,75
460	RETROVISOR ESQUERDO - FIAT STRADA	35	UNIDADE	149,00	5.215,00
461	ROLAMENTO RODA DIANTEIRO - FIAT STRADA	35	UNIDADE	90,00	3.150,00
462	SAPATA DE FREIO - FIAT STRADA	35	UNIDADE	103,33	3.616,55
463	SILENCIOSO TRASEIRO - FIAT STRADA	15	UNIDADE	580,07	8.701,05
464	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO - FIAT STRADA	30	UNIDADE	257,33	7.719,90
465	TAPETE BORRACHA PVC - FIAT STRADA	30	UNIDADE	172,00	5.160,00
466	TERMINAL - FIAT STRADA	20	UNIDADE	47,23	944,60
467	TERMINAL DIREÇÃO - FIAT STRADA	20	UNIDADE	53,73	1.074,60
468	TRINCO DA PORTA INTERNA DIREITA - FIAT STRADA	30	UNIDADE	51,98	1.559,40
469	TRINCO DA PORTA INTERNA ESQUERDA - FIAT STRADA	30	UNIDADE	54,60	1.638,00
470	VELA - FIAT STRADA	20	UNIDADE	91,60	1.832,00
471	VIDRO DA PORTA DIANTEIRA DIREITA - FIAT STRADA	10	UNIDADE	386,67	3.866,70
472	VIDRO DA PORTA DIANTEIRA ESQUERDA - FIAT STRADA	10	UNIDADE	468,00	4.680,00
473	VIRABREQUIM DO MOTOR - FIAT STRADA	10	UNIDADE	529,66	5.296,60
474	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A GASOLINA 5W30, EMBALAGEM DE 1L. - FIAT STRADA	590	UNIDADE	44,53	26.272,70
VALOR TOTAL R\$					408.552,42

PEÇAS, ACESSÓRIOS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS TIPO RENAULT MASTER (AMBULÂNCIAS) – 3					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
475	ALTERNADOR - RENAULT MASTER	8	UNIDADE	2.858,33	22.866,64
476	AMORTECEDOR DIANTEIRO - RENAULT MASTER	9	UNIDADE	539,14	4.852,26
477	ANEL DO SEGMENTO - RENAULT MASTER	6	UNIDADE	463,67	2.782,02
478	ANTI CHAMAS - RENAULT MASTER	12	UNIDADE	70,33	843,96
479	BATERIA 65 AMPERES - RENAULT MASTER	8	UNIDADE	668,33	5.346,64
480	BOMBA D'ÁGUA - RENAULT MASTER	9	UNIDADE	462,00	4.158,00
481	BOMBA DE COMBUSTÍVEL - RENAULT MASTER	9	UNIDADE	321,66	2.894,94
482	BOMBA DE ÓLEO - RENAULT MASTER	6	UNIDADE	481,87	2.891,22
483	BOMBA DE IGNIÇÃO - RENAULT MASTER	6	UNIDADE	256,00	1.536,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

484	CABOS DE VELA - RENAULT MASTER	12	UNIDADE	82,80	993,60
485	CÂMERA DE RÉ - RENAULT MASTER	8	UNIDADE	275,27	2.202,16
486	CAMISA DO MOTOR - RENAULT MASTER	5	UNIDADE	550,00	2.750,00
487	COMPUTADOR DO BORDO - RENAULT MASTER	5	UNIDADE	452,03	2.260,15
488	CONTA GIROS - RENAULT MASTER	12	UNIDADE	408,33	4.899,96
489	CORREA DENTADA - RENAULT MASTER	12	UNIDADE	71,67	860,04
490	CORREIA DO ALTERNADOR - RENAULT MASTER	12	UNIDADE	165,44	1.985,28
491	COXIM AMORTECEDOR - RENAULT MASTER	9	UNIDADE	518,33	4.664,97
492	DOBRADIÇAS PORTAS TRASEIRAS - RENAULT MASTER	17	UNIDADE	89,36	1.519,12
493	EIXO TRASEIRO - RENAULT MASTER	5	UNIDADE	2.575,00	12.875,00
494	ESCAPAMENTO COMPLETO - RENAULT MASTER	5	UNIDADE	965,02	4.825,10
495	FAROL DIANTEIRO COMPLETO - RENAULT MASTER	8	UNIDADE	345,28	2.762,24
496	FILTRO ÓLEO LUBRIFICANTE - RENAULT MASTER	23	UNIDADE	85,93	1.976,39
497	FILTRO AR CONDICIONADO - RENAULT MASTER	23	UNIDADE	173,73	3.995,79
498	FILTRO COMBUSTÍVEL - RENAULT MASTER	23	UNIDADE	180,32	4.147,36
499	FILTRO DE AR CONDICIONADO CABINE TRASEIRA - RENAULT MASTER	35	UNIDADE	89,31	3.125,85
500	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO - RENAULT MASTER	15	UNIDADE	59,50	892,50
501	GRADE DIANTEIRA - RENAULT MASTER	8	UNIDADE	384,18	3.073,44
502	HIDROVACUO - RENAULT MASTER	5	UNIDADE	405,50	2.027,50
503	ILUMINAÇÃO EXTERNA LATERAL - RENAULT MASTER	23	UNIDADE	76,65	1.762,95
504	IMPULSOR DE PARTIDA - RENAULT MASTER	15	UNIDADE	236,25	3.543,75
505	JUNTA DO COLETOR - RENAULT MASTER	15	UNIDADE	102,62	1.539,30
506	JUNTA DO TAMPÃO - RENAULT MASTER	15	UNIDADE	28,93	433,95
507	KIT ABRAÇADEIRAS - RENAULT MASTER	83	UNIDADE	81,33	6.750,39
508	KIT DE EMBREAGEM - RENAULT MASTER	8	UNIDADE	1.163,77	9.310,16
509	LÂMPADAS BIDO - RENAULT MASTER	75	UNIDADE	23,80	1.785,00
510	LANTERNAS TRASEIRAS COMPLETAS - RENAULT MASTER	9	UNIDADE	405,16	3.646,44
511	LONAS DE FREIO - RENAULT MASTER	12	UNIDADE	82,92	995,04
512	MAÇANETAS - RENAULT MASTER	12	UNIDADE	58,40	700,80
513	MANGOTES - RENAULT MASTER	23	UNIDADE	56,63	1.302,49

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

514	MOTOR DE PARTIDAS - RENAULT MASTER	5	UNIDADE	1.710,00	8.550,00
515	PALHETA DO LIMPADO - RENAULT MASTER	30	UNIDADE	73,61	2.208,30
516	PARABRISA DIANTEIRO - RENAULT MASTER	6	UNIDADE	968,30	5.809,80
517	PASTILHAS DE FREIO - RENAULT MASTER	30	UNIDADE	235,27	7.058,10
518	PLATOR DE EMBREAGEM - RENAULT MASTER	8	UNIDADE	741,33	5.930,64
519	POLIA DA BOMBA - RENAULT MASTER	17	UNIDADE	284,00	4.828,00
520	PORCAS PARA RODA - RENAULT MASTER	75	UNIDADE	20,56	1.542,00
521	PROTETOR DO CATER- RENAULT MASTER	18	UNIDADE	46,05	828,90
522	RADIADOR - RENAULT MASTER	8	UNIDADE	2.334,00	18.672,00
523	REATOR PARA LÂMPADAS - RENAULT MASTER	12	UNIDADE	293,52	3.522,24
524	PERFIL BOMBA ELÉTRICA - RENAULT MASTER	8	UNIDADE	101,33	810,64
525	REGULADORES DE PRESSÃO - RENAULT MASTER	12	UNIDADE	335,37	4.024,44
526	RELÉ - RENAULT MASTER	23	UNIDADE	68,35	1.572,05
527	RESERVATÓRIO DE ÁGUA - RENAULT MASTER	8	UNIDADE	260,33	2.082,64
528	RESERVATÓRIO ÓLEO DE FREIO - RENAULT MASTER	8	UNIDADE	135,27	1.082,16
529	RETROVISORES EXTERNOS - RENAULT MASTER	9	UNIDADE	692,67	6.234,03
530	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA - RENAULT MASTER	12	UNIDADE	105,07	1.260,84
531	ROLAMENTOS - RENAULT MASTER	30	UNIDADE	517,33	15.519,90
532	ROLAMENTO DO CARDAN - RENAULT MASTER	30	UNIDADE	169,67	5.090,10
533	ROLAMENTO RODA TRASEIRA - RENAULT MASTER	30	UNIDADE	253,65	7.609,50
534	SEMI EIXO - RENAULT MASTER	11	UNIDADE	1.000,85	11.009,35
535	SENSOR DE ROTAÇÃO - RENAULT MASTER	12	UNIDADE	208,95	2.507,40
536	SONDA LAMBDA - RENAULT MASTER	8	UNIDADE	338,66	2.709,28
537	TACÓGRAFO DIGITAL - RENAULT MASTER	5	UNIDADE	1.759,93	8.799,65
538	TAMBOR DE FREIO - RENAULT MASTER	23	UNIDADE	304,98	7.014,54
539	TANQUE DE COMBUSTÍVEL - RENAULT MASTER	5	UNIDADE	237,23	1.186,15
540	TERMINAL DE DIREÇÃO - RENAULT MASTER	23	UNIDADE	324,67	7.467,41
541	VÁLVULA DE DESCARGA - RENAULT MASTER	15	UNIDADE	211,42	3.171,30

542	VÁLVULAS DE FREIO DE MÃO - RENAULT MASTER	15	UNIDADE	974,00	14.610,00
543	VELAS DE IGNIÇÃO - RENAULT MASTER	15	UNIDADE	44,57	668,55
544	VIDROS TRASEIROS LATERAIS - RENAULT MASTER	15	UNIDADE	556,40	8.346,00
545	VIDROS TRASEIROS TIPO JANELA - RENAULT MASTER	15	UNIDADE	470,43	7.056,45
546	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL 15W-40, EMBALAGEM DE 4L. - RENAULT MASTER	760	UNIDADE	116,99	88.912,40
VALOR TOTAL R\$					409.473,16

PEÇAS, ACESSÓRIOS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULO TIPO FIAT TORO -1					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
547	AMORTECEDOR DIANTEIRO - FIAT TORO	4	UNIDADE	412,76	1.651,04
548	AMORTECEDOR TRASEIRO - FIAT TORO	4	UNIDADE	562,33	2.249,32
549	BUCHA TENSOR DIANTEIRO FT L/E - FIAT TORO	12	UNIDADE	64,00	768,00
550	BARRA DIREÇÃO AXIAL - FIAT TORO	6	UNIDADE	46,00	276,00
551	BICO INJETOR - FIAT TORO	3	UNIDADE	481,42	1.444,26
552	BIELETA SUSPENÇÃO FT D/E - FIAT TORO	11	UNIDADE	42,59	468,49
553	BOBINA IGNIÇÃO PLAST FT - FIAT TORO	3	UNIDADE	268,84	806,52
554	BORRACHA PORTA FT DT>TS - FIAT TORO	6	UNIDADE	85,95	515,70
555	BUCHA EIXO TRASEIRO FT - FIAT TORO	6	UNIDADE	54,44	326,64
556	CABO CX MARCHA FT ENGATE - FIAT TORO	6	UNIDADE	191,67	1.150,02
557	CABO EMBREAGEM FT - FIAT TORO	6	UNIDADE	64,67	388,02
558	CABOS VELA FT - FIAT TORO	6	UNIDADE	87,33	523,98
559	CAPSULA MARCHA LENTA FT - FIAT TORO	6	UNIDADE	137,78	826,68
560	COBERTURA CORREIA DENTADA FT - FIAT TORO	3	UNIDADE	67,83	203,49
561	CORREIA ALTERNADOR FT - FIAT TORO	9	UNIDADE	76,45	688,05
562	CUBO RODA DIANTEIRO - FIAT TORO	4	UNIDADE	236,33	945,32
563	DEFLETOR RADIADOR - FIAT TORO	5	UNIDADE	145,80	729,00
564	EVAPORADOR AR CONDICIONADOR FT - FIAT TORO	3	UNIDADE	766,08	2.298,24
565	FAROL FT L/D - FIAT TORO	3	UNIDADE	243,00	729,00
566	FAROL FT L/E - FIAT TORO	3	UNIDADE	243,00	729,00
567	FECHADURA TAMPA FT TRASEIRO - FIAT TORO	4	UNIDADE	227,07	908,28

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

568	FECHO CAPO FT SUPERIOR - FIAT TORO	5	UNIDADE	43,29	216,45
569	FILTRO AR - FIAT TORO	16	UNIDADE	60,05	960,80
570	FILTRO COMBUSTÍVEL INJEÇÃO - FIAT TORO	42	UNIDADE	60,15	2.526,30
571	FLANGE BOMBA COMBUSTÍVEL - FIAT TORO	4	UNIDADE	61,20	244,80
572	JUNTA HOMOCINÉTICA FT - FIAT TORO	3	UNIDADE	253,73	761,19
573	JUNTA MOTOR FT C/RET - FIAT TORO	4	UNIDADE	1.066,66	4.266,64
574	KIT EMBREAGEM FT 190 MM - FIAT TORO	4	UNIDADE	673,67	2.694,68
575	MANGOTE RADIADOR FT INF - FIAT TORO	6	UNIDADE	78,50	471,00
576	MANGUEIRA FILTRO AR FT - FIAT TORO	4	UNIDADE	40,92	163,68
577	MAQUINA VIDRO DIANTEIRO FT L/D - FIAT TORO	4	UNIDADE	158,25	633,00
578	MAQUINA VIDRO DIANTEIRO FT L/E - FIAT TORO	4	UNIDADE	158,25	633,00
579	VIDRO PARABRISA FT - FIAT TORO	3	UNIDADE	662,33	1.986,99
580	PARACHOQUE DIANTEIRO FT - FIAT TORO	3	UNIDADE	894,67	2.684,01
581	PARACHOQUE TRASEIRO FT - FIAT TORO	3	UNIDADE	1.302,67	3.908,01
582	PASTILHA FREIO FT DIANTEIRO - FIAT TORO	16	UNIDADE	242,41	3.878,56
583	POLIA VIRABREQUIM FT - FIAT TORO	4	UNIDADE	415,78	1.663,12
584	PRESSOSTADO AR CONDICIONADOR FT - FIAT TORO	3	UNIDADE	178,90	536,70
585	RADIADOR FT D'AGUA - FIAT TORO	3	UNIDADE	420,28	1.260,84
586	RETENTOR VOLANTE FT - FIAT TORO	5	UNIDADE	81,12	405,60
587	RETROVISOR FT L/D FIX - FIAT TORO	3	UNIDADE	178,00	534,00
588	RETROVISOR FT L/E FIX - FIAT TORO	3	UNIDADE	178,00	534,00
589	SAPATA SUSP FT DIANTEIRO L/E - FIAT TORO	6	UNIDADE	112,25	673,50
590	SILENCIOSO FINAL FT B - FIAT TORO	6	UNIDADE	225,07	1.350,42
591	SILENCIOSO INTERMEDIÁRIO FT - FIAT TORO	4	UNIDADE	292,67	1.170,68
592	SONDA LAMBDA FT - FIAT TORO	3	UNIDADE	320,33	960,99
593	TAMPA RESERVATÓRIO DE ÁGUA RADIADOR FT - FIAT TORO	8	UNIDADE	21,27	170,16
594	TANQUE COMBUSTÍVEL FT GALVANIZADO - FIAT TORO	3	UNIDADE	1.034,33	3.102,99
595	TERMINAL DE DIREÇÃO FT L/D - FIAT TORO	11	UNIDADE	116,18	1.277,98
596	TIRANTE CX MCH EXTERNO - FIAT TORO	8	UNIDADE	246,30	1.970,40
597	TUBO FLEXÍVEL CANO MTR FT - FIAT TORO	6	UNIDADE	75,02	450,12
598	VÁLVULA ACD FT - FIAT TORO	6	UNIDADE	137,92	827,52

**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

599	VÁLVULA TERMOSTÁTICA FT - FIAT TORO	6	UNIDADE	210,00	1.260,00
600	VELA IGNIÇÃO FT - FIAT TORO	6	UNIDADE	92,40	554,40
601	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL 15W-40, EMBALAGEM DE 4L. - FIAT TORO	250	UNIDADE	116,99	29.247,50
VALOR TOTAL R\$					92.605,08

2.2 - Serão aceitas até 02 (duas) casas decimais no preço unitário de cada item ofertado.

2.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida.

2.4. O quantitativo estimado neste Termo de Referência baseia-se no consumo da Secretaria referente a anos anteriores, contudo esse quantitativo estará condicionado a diversos fatores externos como mudanças climáticas, fluxo de pessoas, dentre outros, não representando qualquer fonte de obrigação da Administração em efetuar a aquisição em sua totalidade.

2.5. Relação dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
ITEM	DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS	PLACA	ANO
1	VEÍCULO TOYOTA HILUX	PTD-4A55	2018/2018
2	VEÍCULO AMBULANCIA TOYOTA HILUX	OXV-4D99	2014/2015
3	VEÍCULO TIPO MERCEDES - BENZ SPRINTER - AMBULÂNCIA	EEL-2D09	2019/2019
4	VEÍCULO TIPO FIAT STRADA – AMBULÂNCIA	PTK-7A30	2018/2019
5	VEÍCULO TIPO FIAT STRADA – AMBULÂNCIA	FSQ-7D45	2021/2022
6	VEÍCULO TIPO FIAT STRADA – AMBULÂNCIA	ELR-3I21	2021/2022
7	VEÍCULO TIPO FIAT STRADA – AMBULÂNCIA	FRN-6E04	2021/2022
8	VEÍCULO TIPO RENAULT MASTER – AMBULÂNCIA	BCM-6G42	2018/2019
9	VEÍCULO TIPO RENAULT MASTER – AMBULÂNCIA	ROC-5G84	2021/2022
10	VEÍCULO TIPO RENAULT MASTER - ODONTOMOVEL	ROR-SE14	2022/2023
11	VEÍCULO TIPO FIAT TORO	PTJ-OH34	2018/2019
12	VEÍCULO TIPO FIAT MOBI	PTJ-8C23	2018/2019
13	VEÍCULO TIPO FIAT MOBI	PTJ-8H32	2018/2019
14	VEÍCULO TIPO FIAT MOBI	PTJ-5B73	2018/2019
15	VEÍCULO TIPO FIAT MOBI	PTJ-7F75	2018/2019
16	VEÍCULO TIPO FIAT UNO	PTA-OD79	2017/2018
17	VEÍCULO TIPO FIAT UNO	HQC-9306	2006//2006
18	VEÍCULO TIPO FIAT UNO	PSZ-7E94	2017/2018

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1. Como órgão gerenciador, a Secretaria Municipal de Saúde.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. A abertura de Processo Administrativo visando a aquisição de peças, acessórios e lubrificantes para os veículos e ambulâncias, é imprescindível pela necessidade de promover a substituição das peças e acessórios desgastados e danificados da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde do município.

4.2. A aquisição se faz necessária pois deve-se promover a substituição das peças e acessórios desgastados e danificados da frota de veículos, visando manter os veículos/ambulâncias que estão sob a responsabilidade desta em condições de funcionamento, garantindo a segurança dos usuários e o atendimento aos demais serviços do Município

4.3. A aquisição dos itens relacionados, se faz necessária para solucionar eventuais problemas que possam ocorrer em virtude do desgaste pelo uso contínuo das peças/acessórios, visando assim, condições necessárias para uma boa conservação destes bens evitando a paralisação dos mesmos, impactando no bom andamento dos serviços públicos que necessitam de veículos.

4.5. É importante destacar ainda que, pelas características dos produtos elencados no presente procedimento licitatório, surge a necessidade de contratações frequentes.

4.6. O registro de preços é uma ferramenta que serve para futura e eventual aquisição de produtos/serviços com demanda variável. Nesse processo, ao adotar o registro de preços para aquisição de peças e acessórios, estamos visando a simplificação e otimização dos processos de licitação para a Administração Pública Municipal. Outro aspecto importante é que com o registro de preços suprirá as demandas existentes, de acordo como forem sendo requisitadas, não necessitando da reserva orçamentária em sua totalidade, utilizando os recursos financeiros de forma sustentável, podendo inclusive, melhorar a organização das compras através da implantação de um cronograma.

4.7. Os elementos técnicos descritos neste instrumento são os mínimos necessários para assegurar que a contratação se dê de forma satisfatória, com as mínimas condições técnicas e de qualidade exigidas, e ainda, assegurar o gasto racional dos recursos públicos. Desta forma as especificações constantes neste termo de referência e as exigências editalícias são necessárias e imprescindíveis para a obtenção de produtos de qualidade e que atendam às necessidades das Secretarias participantes deste processo licitatório.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002.

6. RESULTADOS ESPERADOS

6.1. Registro de Preços de todos os itens;

6.2. Economia para os cofres públicos, baixando os valores de referência;

6.3. Utilização sustentável dos recursos financeiros desta Prefeitura, alocando somente o necessário para cada aquisição;

6.4. Aquisição de produtos de qualidade.

7. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

7.1. O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ordem de fornecimento, em remessa parcelada.

8. AVALIAÇÃO DO CUSTO

8.1. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado tendo como base na pesquisa de preços nas seguintes fontes de pesquisa: os preços praticados por outros órgãos obtidos veiculações do Portal de Compras Públicas (portaldecompraspublicas.com.br) e Sinc – Contrata (tcema.tc.br) e pesquisa de preços diretamente com fornecedores.

9. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 9.1. O prazo de entrega dos produtos será de 15 (quinze) dias, contados da ordem de fornecimento, no seguinte endereço do órgão gerenciador: Secretaria Municipal de Saúde, Av. Dep. Carlos Melo, 1670, Aeroporto, Trizidela do Vale/MA.
- 9.2. Os produtos serão recebidos:
- 9.2.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- 9.2.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento provisório.
- 9.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 9.4. A administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A Contratada obriga-se a:
- 10.1.1. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, procedência e prazo de validade;
- 10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.1.2.1. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 10.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 10.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 10.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 10.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. São Obrigações da CONTRATANTE:

- 11.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- 11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- 11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

- 11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

- 11.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

- 11.2. A Administração Municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente processo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DA HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

- 12.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

- 12.2. Estarão habilitados para participar do certame, os interessados que comprovarem o cumprimento das exigências relativas à capacidade técnica de cumprimento do objeto licitado e com a possibilidade de atender a quantidade solicitada de forma a cumprir o prazo determinado neste Termo de Referência. Isto posto, devem observar os requisitos para habilitação delineados, em termos gerais, nos artigos 27 a 32 da Lei 8.666/93.

13. DA VALIDADE DA PROPOSTA

- 13.1. Os participantes do certame deverão apresentar proposta com **validade de 90 (Noventa) dias**.

14. DO AUMENTO E SUPRESSÃO

- 14.1. No interesse da CONTRATANTE, o objeto da contratada poderá ser suprimido ou aumentado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão além desse limite, por acordo ente as partes, conforme disposto no artigo 65, parágrafo primeiro e segundo, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. CONTROLE DA EXECUÇÃO

17.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

17.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei 8.666/93.

17.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

- 18.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.7. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 18.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 18.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no município, salvo por motivo de economicidade ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.12. O município efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim exigir, (IN RFB Nº 1.234/2012 OU A QUE VIER A SUBSTITUÍ-LA, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 31/2023, de 07/08/2023.

18.12.1. O município fará retenção do Imposto de Renda dos pagamentos do fornecedor ou prestador de serviço.

18.12.2. A descrição do valor da alíquota do Imposto Retido na Fonte que incidirá sobre os pagamentos efetuadas por este município ao fornecedor ou prestado de serviço.

18.12.3. A alíquota de incidência a ser aplicada será de 1,20% (um virgula vinte por cento) (ANEXO ÚNICO, DECRETO MUNICIPAL Nº 31/2023.

- 18.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. DO REAJUSTE

19.13. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da pesquisa de preços.

19.13.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGP-M/FGV exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.14. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.15. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.16. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.17. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.18. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.19. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. DA GARANTIA

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 41/2023, de 18/09/2023, a Contratada que, no decorrer da contratação:

28.14.5. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

28.14.6. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

28.14.7. apresentar documentação falsa;

28.14.8. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

28.14.9. ensejar o retardamento da execução do objeto;

28.14.10. não mantiver a proposta;

28.14.11. cometer fraude fiscal;

28.14.12. comportar-se de modo inidôneo

28.15. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

28.16. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

28.17. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções

28.17.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

28.17.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

28.17.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

28.17.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

28.18. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

28.19. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública municipal, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade – PAAR, conforme Decreto Municipal nº 41/2023, de 18/09/2023.

28.20. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração municipal nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

28.21. O processamento do PAAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

28.22. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

28.23. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

28.24. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

28.25. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS.

28.26. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

29. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

29.1. Considerando a entrada em vigor do Decreto nº 10.024 de 28 de outubro de 2019, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

29.2. Diante do exposto no item anterior, esta licitação ocorrerá na modalidade Pregão Eletrônico.

29.3. O critério de julgamento será o MENOR PREÇO POR ITEM.

29.4. Justifica-se o critério de julgamento por MENOR PREÇO POR ITEM, pois traz benefício ao erário e, nesse sentido, cada vez mais os Órgãos de Controle têm-se posicionado em consonância com esse critério, conforme disposto na Súmula 247 do Tribunal de Contas da União:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habitação adequar-se a essa divisibilidade. SÚMULA 247”

29.5. E, nesse esteio, o mesmo TCU, em suas orientações, já estabeleceu o seguinte:

“Em compras, a divisão do objeto em itens torna-se quase obrigatória, a não ser que fique comprovado prejuízo para o conjunto. Geralmente são comprados itens distintos de materiais de expediente, de móveis, de equipamentos, de suprimentos etc. A divisão do objeto em lotes ou grupos como se itens individuais fossem deve ser vista com cautela pelo agente público, porque pode afastar licitantes que não possam habilitar-se a fornecer a totalidade dos itens especificados nos lotes ou grupos, com prejuízo para a Administração”

29.6. Esse registro de preços encontra respaldo nas hipóteses previstas no Art. 2º do Decreto Municipal nº 15/2019, pelos seguintes motivos:

II – Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

IV – Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

29.7. Portanto, solicitamos a tramitação do processo administrativo, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.666/93 para licitação, no Sistema de Registro de Preços com vigência para 12 (doze) meses, tendo em vista a necessidade de garantirmos o fornecimento de Peças, acessórios e lubrificantes. Além disso, essa modalidade permite aquisições mais eficientes de acordo com a demanda, de forma a possibilitar compras pontuais para atender as demandas administrativas.

29.8. Em tempo, ratificamos a necessidade de realizar aquisições de forma a atender ao preconizado na legislação em acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e pela LC nº 123/2006. A Secretaria Municipal de

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Saúde/Fundo Municipal de Saúde indica que para esse objeto seja concedido tratamento diferenciado conforme preconiza a legislação, em favor das ME e EPPs nos limites previstos na LC 123, de 2006.

29.9. Justifica-se a permissão que outros órgãos não participantes venham a compartilhar deste processo como CARONA: que é racionalizar o processo de aquisição por parte da administração pública, reduzindo prazos, custos, licitações desnecessárias; reduzindo preços dos produtos ou serviços adquiridos; ganhando em eficiência, como expressamente determina o art. 37 da Constituição Federal. O Município de Trizidela do Vale/MA apenas contribuirá com sua estrutura para que outros órgãos e entidades possam adquirir, com maior celeridade, um objeto também por ela licitado. Julgamos ser possível a participação por órgãos não partícipes desde que a adesão ocorra justificada.

30. DA RUBRICA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

30.1. Os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

30.1.1. A rubrica orçamentária é a que segue:

<p>0225 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</p>	<p>UNIDADE GESTORA: 0225 Secretaria Municipal de Saúde FUNÇÃO: 10 – Saúde SUB-FUNÇÃO: 122 – Administração Geral PROGRAMA: 0004 – Administração Setorial PROJETO/ATIVIDADE: 2.068 Manutenção da Secretaria de Saúde CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo FONTE DE RECURSO: 1500100200 Receita de Imposto e Trans. - Saúde</p>
<p>0202 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</p>	<p>UNIDADE GESTORA: 0202 Fundo Municipal de Saúde PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0016 2.103 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. FONTE: 1600000000 – Transferência SUS Bloco de Manutenção. 1500100200 – Receita de Imposto e Trans. – Saúde</p> <hr/> <p>ORGÃO: 02 Poder Executivo UNIDADE GESTORA: 0202 Fundo Municipal de Saúde PROJETO/ATIVIDADE: 10 302 0016 2.104 Manutenção do Hospital Municipal. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. FONTE: 1600000000 – Transferência SUS Bloco de Manutenção.</p>

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO II
MODELO DE CARTA PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2109001/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE 38/2023

À
Pregoeira do Município de Trizidela do Vale (MA)
Assunto: Proposta de Preços ref. ao PE nº 38/2023

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social da Empresa:		
Nome Fantasia:		
CNPJ:		INSCRIÇÃO ESTADUAL:
ENDEREÇO:	CEP:	MUNICÍPIO:
TELEFONES:		EMAIL:
REPRESENTANTE LEGAL P/ ASSINATURA DA ATA/CONTRATO		
NOME COMPLETO:		
RG:	EMISSOR:	CPF
ENDEREÇO:	CEP:	MUNICÍPIO:
TELEFONES:		EMAIL:
DADOS DA BANCÁRIO		
BANCO	AGÊNCIA	C/C:

Apresentamos a pregoeira e sua equipe de apoio, nossa proposta objetivando seleção de proposta visando o o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa para fornecimento de peças, acessórios e lubrificantes para os veículos, de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde do Município de Trizidela do Vale/MA., conforme licitado pelo PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023. Segue proposta com descrição dos itens na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UND	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1						
	TOTALGERAL					

Nossa proposta tem preço total de R\$=.....(valor numérico e por extenso).

Condições de Pagamento: _____

Prazo de Entrega: _____

Validade da Proposta: _____

Declaro para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2023 que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente Pregão, bem como as despesas de transporte e entrega dos produtos.

Localidade, data, mês e ano

Assinatura do Representante da Empresa

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO III

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/XXXX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.____/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº -____/2023

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos **XX** dias do mês de **XXXX** de **XXXX**, o município de Trizidela do Vale (MA), por intermédio do (**NOME DO ÓRGÃO LICITANTE**), com sede no **XXXX**, inscrito no CNPJ sob o nº **XXXX**, neste ato representado por (**NOME DA AUTORIDADE E CARGO**), nomeado pela Portaria nº **XXXX**, de **XX/XX/XXXX**, publicada em **XX/XX/XXXX**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto 10.024/2019; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa para fornecimento de peças, acessórios e lubrificantes para os veículos, de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde do Município de Trizidela do Vale/MA., conforme especificações e condições constantes nesta Ata, de Registro de Preços, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

EMPRESA:
CNPJ:
ENDEREÇO: REPRESENTANTE
E-MAIL:

Item do T.R	Descrição/Especificação	Qtde	Marca	Unidade de Medida	Valor Unitário Registrado R\$	Valor Total Registrado R\$
1						
2						
	TOTAL GERAL					

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA RUBRICA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão
CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1. Os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

3.1.1. A rubrica orçamentária é a que segue:

0225 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	UNIDADE GESTORA: 0225 Secretaria Municipal de Saúde FUNÇÃO: 10 – Saúde SUB-FUNÇÃO: 122 – Administração Geral PROGRAMA: 0004 – Administração Setorial PROJETO/ATIVIDADE: 2.068 Manutenção da Secretaria de Saúde CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo FONTE DE RECURSO: 1500100200 Receita de Imposto e Trans. - Saúde
0202 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	UNIDADE GESTORA: 0202 Fundo Municipal de Saúde PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0016 2.103 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. FONTE: 1600000000 – Transferência SUS Bloco de Manutenção. 1500100200 – Receita de Imposto e Trans. – Saúde
	ORGÃO: 02 Poder Executivo UNIDADE GESTORA: 0202 Fundo Municipal de Saúde PROJETO/ATIVIDADE: 10 302 0016 2.104 Manutenção do Hospital Municipal. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. FONTE: 1600000000 – Transferência SUS Bloco de Manutenção.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

- 4.1. A Ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993:
- 4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgãos ou entidade, a **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços** para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que vierem a aderir à ata.
- 4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, caberá ao órgão não participante efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observando-se o prazo de vigência da ata.

4.6. Cabe ao órgão não participante realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento por parte do prestador das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento das cláusulas contratuais relativas às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciado.

4.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observando-se o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.7.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4.8. Faculta-se aos órgãos ou entidades municipais, a adesão a esta ata de registro de preços.

4.9. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se de que a contratação atende aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, nos termos do que dispõe o inciso III do § 3º do artigo 15 da Lei nº 8.666 de 1993.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **(suprir o item quando inexisterem outros fornecedores classificados registrados na ata).**

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - 6.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 6.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 6.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 6.8. O cancelamento de registro, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. Por razão de interesse público; ou
 - 6.9.2. A pedido do fornecedor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO CADASTRO DE RESERVA DAS EMPRESAS LICITANTES

- 7.1. Aceitam cotar os bens objeto desta Ata de Registro de Preços com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico nº xxx/2023, do município de Trizidela do Vale, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

FORNECEDOR	CNPJ	ENDEREÇO	REPRESENTANTE	INFORMAÇÕES PARA CONTATO (email, telefone, etc)

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência ANEXO AO EDITAL.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Trabalho e desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 8.4. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto 10.024, DE 2019; da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e 147, de 2014 e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.
- 8.5. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Comarca de Pedreiras/MA, com exclusão de qualquer outro.
- 8.6. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Município de Trizidela do Vale (MA), **XX** de **XXXX** de **XXXX**.

Representante do Órgão

Representante da Empresa

Trabalho e desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº PE. /2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.XXX/XXXX

TERMO DE CONTRATO Nº PE.XXXX/XXXX

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TRIZIDELA DO VALE,
POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE**
_____ E A EMPRESA XXXX.

O Município de Trizidela do Vale, por intermédio da **Secretaria Municipal de** _____, com sede na rua _____, centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo **(NOME DA AUTORIDADE E CARGO)**, nomeado pela Portaria nº XXXX, de XX/XX/XXXX, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa XXXX, inscrita no CNPJ nº XXXX, com sede na XXXX, CEP XXXX, no Município de XXXX, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor XXXX, portador da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX, e o resultado final do **Pregão nº XXXX/XXXX**, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de peças, acessórios e lubrificantes para os veículos, de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de _____ do Município de Trizidela do Vale/MA conforme e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **Pregão nº** ____/2023, com seus Anexos, e a Proposta vencedora.

1.2. Discriminação do objeto

ITEM DO T.R.	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QTDE	MARCA	UNIDAD E DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1						
2						
...						

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão
CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será contados a partir da data de assinatura e encerramento em ___/___/___, prorrogável nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor do contrato é de R\$ XXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX).

3.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município do exercício de 2023, na dotação abaixo discriminada:

Órgão/Unidade:

Função:

Subfunção:

Programa:

Atividade:

Elemento de Despesa:

Fonte:

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência e no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da pesquisa de preços.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGP-M/FGV exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

8. CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto presente Contrato será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA obriga-se a:

10.1.1. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, procedência e prazo de garantia;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

10.1.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

10.1.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

10.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

11.1.1. Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário;

11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

11.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

11.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.1.5. A Administração Municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 41/2023, de 18/09/2023, a Contratada que, no decorrer da contratação:

12.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

12.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

12.1.3. apresentar documentação falsa;

12.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

12.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.6. não mantiver a proposta;

12.1.7. cometer fraude fiscal;

12.1.8. comportar-se de modo inidôneo

12.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

12.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções

12.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

12.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

12.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

12.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública municipal, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade – PAAR, conforme Decreto Municipal nº 41/2023, de 18/09/2023.

12.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração municipal nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.8. O processamento do PAAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS.

12.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma lei, sem prejuízo das sanções

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

aplicáveis.

13.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato prejuízo não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da administração à continuidade do contrato.

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no ar. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos conforme o caso:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

14. CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

14.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES

15.1. É vedado à CONTRATADA:

15.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. Interromper a execução contratual sob a alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002; do Decreto 10.024/2019 de 10.09.2019; da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e 147, de 2014 e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO



TRIZIDELA DO VALE

PROC. 2109001/2023

FLS. _____

RUB. _____

Trabalho e desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial do Município, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pedreiras (MA), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Município de **Trizidela do Vale (MA)**, **XX** de **XXXX** de **XXXX**.

Pela CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF nº:

Nome:
CPF nº: